

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.157 - SP (2019/0256270-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ERASMO VIEIRA DE ARAUJO
ADVOGADO : ÉDER VASCONCELOS LEITE - SP270601
AGRAVANTE : GEAN TERRONES FERNANDES
ADVOGADO : FREDERICO FIORAVANTE - SP274621
AGRAVADO : LUCIO ANISIO PASSETI
AGRAVADO : JOSE CARLOS PASSETI
AGRAVADO : MARCIO APARECIDO PASSETI
ADVOGADOS : LUCIANO BARBOSA ANDRÉ - SP321462
SOLANGE HERREIRO ALBUQUERQUE - SP289962
FREDERICO LIMA ALBUQUERQUE - SP353589
INTERES. : MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS
ADVOGADOS : DIEGO LUCIO GOMES - SP344429
GERSON JANUÁRIO JUNIOR - SP330445
SARA CRISTINA FREITAS DE SOUZA RAMOS - SP332777

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GEAN TERRONES FERNANDES em face de LUCIO ANISIO PASSETI e OUTROS contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 407):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. Responsabilidade civil subjetiva. Culpa do corréu, motorista do veículo, devidamente caracterizada. O proprietário do veículo envolvido em acidente de trânsito responde, objetiva e solidariamente, com o condutor pelos danos causados a terceiro. Danos morais majorados. Justiça gratuita. Indeferimento. Não preenchimento dos requisitos legais. Cerceamento de defesa não evidenciado. PRELIMINARES PARCIALMENTE ACOLHIDAS E RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 7º e 115 do Código de Processo Civil; e dos arts. 406 e 944 do Código Civil.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Ao que se tem dos autos, a decisão agravada negou seguimento ao recurso especial com base nos seguintes fundamentos: (i) ausência de indicação de dispositivo legal violado (Súmula 284/STF); (ii) consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ (Tema 440); e (iii) necessidade de reexame de fatos e provas (Súmula 7/STJ).

A parte agravante, porém, não impugnou todos os fundamentos da decisão recorrida, deixando de refutar, especificamente, a motivação concernente à inviabilidade de reexame de matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

Registre-se que a impugnação há de ser específica, de modo que, inadmitido o recurso especial, a parte recorrente deveria, no mínimo, apontar a matéria de direito discutida no recurso especial e apresentar julgados recentes desta Corte Superior para amparar sua tese, explicitando os motivos pelos quais o conhecimento das questões ventiladas no recurso especial não esbarram nos óbices apontados e, quando for o caso, demonstrar que realizou o cotejo analítico indispensável à configuração do dissídio jurisprudencial.

É certo que não cabe ao julgador deduzir ou inferir o fundamento que sustente a pretensão da parte, devendo o recurso trazer a devida motivação, de forma explícita. Frise-se que nada impede que a parte faça referências a outras peças processuais, não podendo, contudo, apenas repetir o recurso anterior em sua íntegra, o que configuraria deficiência de fundamentação.

Com efeito, incumbe à parte agravante infirmar, especificamente, os fundamentos adotados na decisão que não admitiu o recurso especial, em obediência ao princípio da dialeticidade dos recursos, segundo o qual os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica a todos os pontos analisados na decisão recorrida, para dar efetivo cumprimento ao disposto no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182. INCIDÊNCIA.

1. [...]

2. Não merece conhecimento o agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1.486.424/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/9/2019, DJe 11/9/2019.)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015 E DA SÚMULA 182 DO STJ. [...].

1. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. Incide na espécie o disposto no arts. 932, III e 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e a Súmula n. 182 do Superior Tribunal de Justiça.

2. [...]

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1.791.273/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2019, DJe 20/8/2019.)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. SÚMULA 182/STJ. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. [...].

1. Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil/2015, não se conhece de agravo cujas razões não impugnam especificamente o

fundamento da decisão agravada. Aplicação, por analogia, do enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

2. Em atenção ao princípio da dialeticidade, cumpre à parte recorrente o ônus de evidenciar, nas razões do agravo em recurso especial, o desacerto da decisão recorrida.

3. [...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.360.316/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 7/8/2019.)

Assim, ausente a impugnação específica e suficiente para infirmar os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o entendimento consolidado no enunciado da Súmula 182 do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Nos termos do disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor dos recorridos, observando-se os limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como as disposições legais referentes à gratuidade de justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora